

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SAÚDE DO HOMEM NO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

THE ROLE OF NURSES IN MEN'S HEALTH IN THE PRISON SYSTEM: CHALLENGES AND STRATEGIES IN PREVENTION AND HEALTH PROMOTION

EL PAPEL DE LA ENFERMERÍA EN LA SALUD MASCULINA DENTRO DEL SISTEMA PENITENCIARIO: RETOS Y ESTRATEGIAS EN LA PREVENCIÓN Y LA PROMOCIÓN DE LA SALUD

Beatriz da Silva Santos¹
Rafaelle Annes dos Santos Guido²
Wanderson Alves Ribeiro³
Fernanda Cardoso Corrêa Póvoa⁴

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do enfermeiro na promoção e prevenção da saúde do homem privado de liberdade, destacando os principais desafios éticos e estruturais enfrentados no ambiente prisional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão integrativa da literatura, realizada por meio da seleção de artigos científicos nas bases SciELO, LILACS e Google Acadêmico, publicados entre 2016 e 2024. A análise evidenciou que o enfermeiro exerce papel essencial na humanização e continuidade do cuidado dentro do sistema prisional, atuando na educação em saúde e no fortalecimento do autocuidado. Entretanto, verificou-se que a falta de recursos, a carência de capacitação específica e os dilemas éticos decorrentes das relações institucionais limitam a autonomia e a efetividade de sua prática. Os resultados apontam que, apesar das diretrizes estabelecidas pela PNAISP, a implementação ainda é fragmentada e enfrenta entraves logísticos e estruturais. Conclui-se que a enfermagem prisional requer maior reconhecimento, investimento em políticas públicas e formação continuada voltada à realidade do cárcere, a fim de garantir um cuidado integral e digno à população masculina privada de liberdade.

663

Descritores: Enfermagem prisional. Saúde do homem. Promoção da saúde. PNAISP. Sistema penitenciário.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

² Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguaçu (UNIG).

³ Professor. Enfermeiro. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense (EEAAC/UFF). Docente do curso de Graduação em Enfermagem. Professor dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Enfermagem em Neonatologia e Pediatria; Enfermagem em Obstetrícia; Enfermagem em Emergência e Terapia Intensiva; Fisioterapia em Terapia Intensiva; e Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Vigilância em Saúde da Universidade Iguaçu (UNIG).

⁴ Orientadora. Enfermeira Especialista em Saúde da família ; Especialista em Administração Hospitalar; Especialista em Docência do ensino superior; Especialista em Sexualidade Humana; Mestre em Educação pela UFF; Doutoranda em Ensino das ciências e tecnologia pelo CEFET -RJ; Professora de Enfermagem – UNIG.

ABSTRACT: This study aims to analyze the role of nurses in promoting and preventing the health of incarcerated men, highlighting the main ethical and structural challenges faced in the prison environment. It is a qualitative research, based on an integrative literature review, conducted through the selection of scientific articles from SciELO, LILACS, and Google Scholar databases, published between 2016 and 2024. The analysis showed that nurses play an essential role in the humanization and continuity of care within the prison system, working in health education and self-care empowerment. However, the lack of resources, insufficient specific training, and ethical dilemmas arising from institutional relations limit the autonomy and effectiveness of their practice. The results indicate that, despite the guidelines established by PNAISP, implementation remains fragmented and faces logistical and structural obstacles. It is concluded that prison nursing requires greater recognition, public policy investment, and continuous education directed toward the reality of incarceration, to ensure comprehensive and dignified care for the male prison population.

Keywords: Prison nursing. Men's health. Health promotion. PNAISP. Prison system.

RESUMEN: El presente estudio tiene como objetivo analizar la actuación del enfermero en la promoción y prevención de la salud del hombre privado de libertad, destacando los principales desafíos éticos y estructurales enfrentados en el entorno penitenciario. Se trata de una investigación cualitativa, del tipo revisión integrativa de la literatura, realizada mediante la selección de artículos científicos en las bases SciELO, LILACS y Google Académico, publicados entre 2016 y 2024. El análisis evidenció que el enfermero desempeña un papel esencial en la humanización y continuidad del cuidado dentro del sistema penitenciario, actuando en la educación para la salud y en el fortalecimiento del autocuidado. Sin embargo, se observó que la falta de recursos, la escasa capacitación específica y los dilemas éticos derivados de las relaciones institucionales limitan la autonomía y la efectividad de su práctica. Los resultados muestran que, a pesar de las directrices establecidas por la PNAISP, la implementación aún es fragmentada y enfrenta barreras logísticas y estructurales. Se concluye que la enfermería penitenciaria requiere mayor reconocimiento, inversión en políticas públicas y formación continua orientada a la realidad carcelaria, con el fin de garantizar una atención integral y digna a la población masculina privada de libertad.

664

Palabras clave: Enfermería penitenciaria. Salud del hombre. Promoción de la salud. PNAISP. Sistema penitenciario.

INTRODUÇÃO

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Brasileira de 1988. No artigo 196, está previsto que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e que “o Estado fornecerá serviços de saúde para todos os cidadãos, sem discriminação”. Isso estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser acessível a todos os cidadãos brasileiros, visando à promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento adequado (Menezes et al., 2019).

Nesse contexto, em 2014, foi instituída pela Portaria nº 1.459 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), com o objetivo de garantir o acesso à saúde para todas as pessoas privadas de liberdade no

sistema prisional brasileiro. Tal política busca assegurar que esses indivíduos tenham direito a serviços de saúde de qualidade, conforme preconizado pela Constituição e pelo SUS (Carpes et al., 2024).

No Brasil, observa-se um crescimento acelerado da população carcerária, configurando-se como uma das maiores do mundo. Essa característica tem marcado o sistema de justiça penal do país nas últimas décadas. A superlotação é resultado de múltiplos fatores, incluindo as condições precárias de vida nas prisões e o impacto direto no acesso à saúde, gerando uma série de desafios para o SUS e para o próprio sistema prisional (Menezes et al., 2019). A saúde no sistema prisional, portanto, não deve ser tratada de forma isolada, pois se relaciona intrinsecamente à saúde pública, uma vez que o ambiente prisional impacta tanto a propagação de doenças quanto a pressão sobre os serviços de saúde externos. Assim, uma abordagem integrada e humanitária é necessária para garantir que tanto os detentos quanto a sociedade tenham acesso a cuidados adequados e seguros (De Almeida; De Melo Silva; De Freitas, 2024).

Dentro dessa perspectiva, o enfermeiro, enquanto profissional de referência na equipe multiprofissional da Atenção Primária Prisional (EAPP), desempenha um papel fundamental na assistência à saúde, sendo uma das áreas essenciais para o bem-estar dos detentos. Seu acompanhamento contínuo permite identificar riscos, promover intervenções e elaborar estratégias de cuidado que ultrapassam o aspecto clínico, englobando ações educativas, vigilância em saúde, acolhimento e escuta qualificada (De Jesus Santos et al., 2021). Diante da complexidade das condições de saúde nas prisões — que incluem alto risco de doenças infecciosas, problemas de saúde mental e dependência química —, o enfermeiro assume um papel indispensável, atuando como elo entre o sistema e os pacientes privados de liberdade. Mesmo diante da superlotação, da escassez de recursos e da precariedade estrutural, ele contribui para a promoção da saúde e a redução de danos (De Souza et al., 2019).

A assistência de enfermagem no sistema prisional, portanto, é tema de extrema relevância, já que o sistema penitenciário brasileiro enfrenta dificuldades expressivas em garantir o direito à saúde dos homens privados de liberdade. A falta de acesso a um cuidado de qualidade resulta em graves problemas de saúde pública, refletindo não apenas no bem-estar dos detentos, mas também na sociedade, devido à propagação de doenças contagiosas (Da Silva et al., 2020). O enfermeiro, nesse cenário, é responsável pelo acompanhamento diário da saúde dos custodiados e se envolve ativamente na educação em saúde, orientando sobre hábitos saudáveis, prevenção de doenças e higiene pessoal, atendendo ainda a demandas específicas de saúde

reprodutiva e ginecológica, o que contribui para o bem-estar geral e a prevenção de surtos dentro das unidades prisionais (Vaz; Lima; Barbosa, 2024).

Apesar de sua importância, o trabalho do enfermeiro no sistema prisional enfrenta desafios significativos. As condições de trabalho precárias tornam sua atuação extremamente complexa e, muitas vezes, perigosa. Por isso, a valorização desse profissional e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde prisional são medidas urgentes para assegurar o direito à saúde dessa população vulnerável (Santana; Reis, 2019).

Diante desse panorama, é possível compreender que o sistema prisional brasileiro enfrenta múltiplas crises de saúde pública, decorrentes não apenas da superlotação, mas também da precariedade da infraestrutura e da carência de recursos humanos qualificados. Essas condições favorecem a propagação de doenças transmissíveis, o agravamento de agravos crônicos e o comprometimento da saúde mental, além de elevar o risco de dependência química entre as pessoas privadas de liberdade (Melo; Coimbra; Ribeiro, 2023). Nesse contexto, a atuação do enfermeiro torna-se estratégica, uma vez que, além de prestar cuidados clínicos imediatos, ele lidera ações de educação em saúde, vigilância epidemiológica, promoção de hábitos saudáveis e prevenção de surtos. Tais atividades extrapolam o atendimento emergencial, contribuindo para a mitigação de riscos e para a integração das unidades prisionais com a rede pública de saúde (Alves; Dalri; Robazzi; Santos, 2023).

Mesmo com sua relevância reconhecida, a enfermagem prisional ainda é marcada por desafios substanciais, como o medo e a insegurança no exercício das funções, os conflitos hierárquicos e a interferência de agentes penitenciários nas decisões clínicas e organizacionais. Além disso, a desvalorização profissional, expressa pela falta de reconhecimento e de oportunidades de formação continuada, e a limitação de recursos materiais e humanos comprometem a qualidade da assistência prestada (Simões, 2016). Tais dificuldades impactam não apenas a saúde dos detentos, mas também a saúde pública em geral, pois as condições dentro dos presídios podem refletir fora dos muros, contribuindo para surtos e sobrecarga do sistema de saúde.

Dessa forma, investigar os desafios e estratégias da atuação do enfermeiro em prisões brasileiras é essencial para garantir os direitos humanos, fortalecer políticas de saúde integral e promover a justiça social no sistema prisional (Barros; Siqueira; Silva et al., 2023). Assim, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: **de que maneira o enfermeiro atua na**

prevenção e promoção da saúde dos homens privados de liberdade, considerando os desafios do sistema prisional?

O presente estudo se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel da enfermagem na promoção da saúde do homem em situação de privação de liberdade. A superlotação, as condições insalubres e a prevalência de doenças transmissíveis e crônicas nesse contexto comprometem o bem-estar dos indivíduos privados de liberdade e representam risco à saúde pública. Dessa forma, compreender o papel estratégico do enfermeiro como agente transformador é fundamental. Além da assistência clínica, ele atua na educação em saúde, na vigilância epidemiológica e na articulação de estratégias que promovem a humanização do cuidado e a garantia dos direitos humanos dentro das prisões.

A valorização da enfermagem no sistema prisional não apenas melhora a qualidade de vida dos detentos, mas também contribui para a redução da propagação de doenças e para a reintegração social, estabelecendo um ciclo virtuoso de cuidado que beneficia toda a sociedade. Assim, este estudo oferece subsídios para o fortalecimento da atenção à saúde masculina no sistema prisional, reconhecendo a enfermagem como pilar essencial para a efetivação desse direito.

Por fim, esta pesquisa contribui significativamente para o campo da saúde pública e da enfermagem ao evidenciar a importância da atuação do enfermeiro na promoção e prevenção da saúde em ambientes prisionais. Ao reunir e analisar estudos sobre o tema, oferece subsídios teóricos e práticos que podem orientar políticas públicas e estratégias de capacitação profissional. A principal contribuição social consiste em reforçar que a saúde da população carcerária é uma extensão da saúde coletiva, e que o cuidado dentro dos presídios impacta diretamente a segurança sanitária da comunidade. Assim, o fortalecimento da enfermagem prisional representa um compromisso ético com a dignidade humana e com a equidade no acesso à saúde, promovendo práticas mais seguras, integradas e humanizadas no sistema prisional brasileiro.

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, contemplando artigos científicos, documentos oficiais e legislações pertinentes ao tema (Quadro 1), publicados entre os anos de 2015 e janeiro de 2025, com prioridade para trabalhos disponíveis em bases de dados

como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico.

Foram definidos como critérios de inclusão: estudos em língua portuguesa ou inglesa que abordem diretamente a saúde do homem privado de liberdade, a atuação do enfermeiro em ambientes prisionais e políticas públicas relacionadas. Serão excluídos os materiais que não possuam relevância com o objeto de estudo, como trabalhos voltados exclusivamente a outras populações ou contextos não prisionais.

O processo de análise seguirá a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que permite organizar, categorizar e interpretar os achados de forma crítica. Os estudos selecionados serão lidos na íntegra, e seus resultados agrupados em categorias temáticas, como: desafios estruturais e institucionais, práticas de promoção e prevenção em saúde, valorização profissional e impacto na saúde pública.

A partir dessa sistematização, será possível identificar padrões, contradições e lacunas no campo, possibilitando a elaboração de considerações que contribuam para a compreensão da prática do enfermeiro no sistema prisional e para o fortalecimento de políticas públicas de saúde direcionadas a essa população.

Para a busca dos estudos, utilizaram-se descritores padronizados dos vocabulários DeCS/MeSH, combinados por operadores booleanos AND e OR. Os principais descritores empregados foram: “Enfermagem” AND “Prisões” AND “Saúde do Homem”; “Serviços de Saúde para Pessoas Privadas de Liberdade”; “Cuidados de Enfermagem” AND “População Privada de Liberdade”; além dos termos “Sistema Prisional”, “Promoção da Saúde” e “PNAISP”. Essa estratégia buscou garantir maior precisão e abrangência na identificação dos estudos pertinentes ao tema.

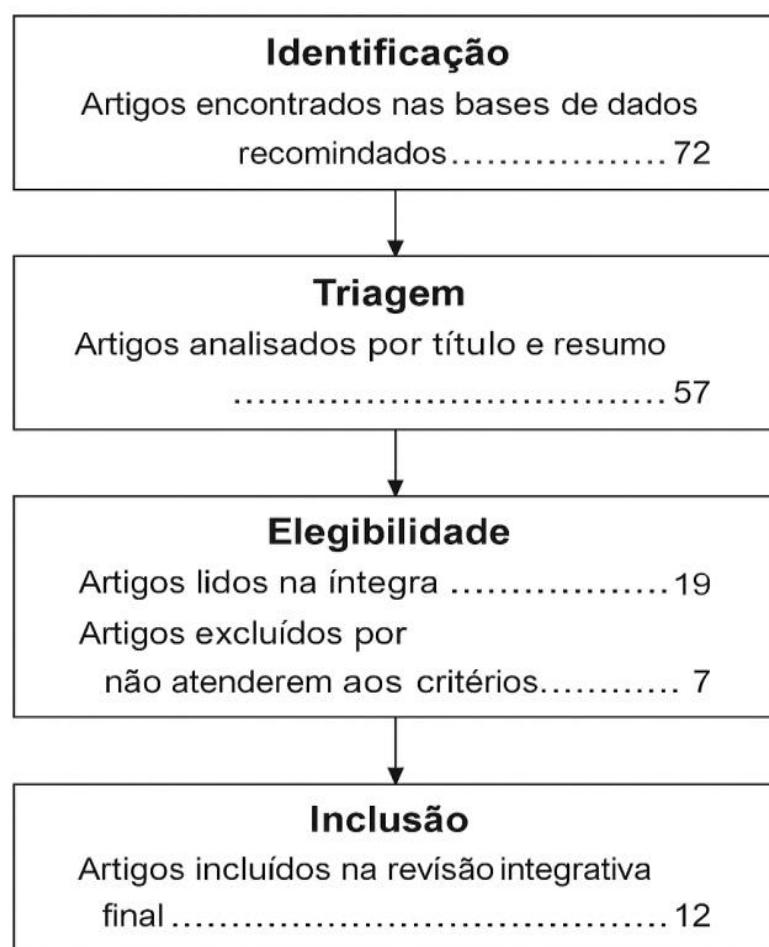
Para fins de organização e análise, os achados dos estudos foram inicialmente agrupados em quatro categorias temáticas:

1. condições estruturais e institucionais da saúde prisional;
2. ações de promoção e prevenção em saúde;
3. valorização e autonomia profissional; e
4. impactos do cuidado na saúde pública.

Entretanto, para maior clareza e aprofundamento teórico, a apresentação dos resultados foi reestruturada em cinco subseções correspondentes: **o contexto da saúde prisional; a PNAISP**

e o cuidado integral; o papel do enfermeiro na promoção da saúde; os desafios éticos e estruturais; e estratégias exitosas identificadas na literatura. Essas subseções dialogam diretamente com as categorias temáticas iniciais, permitindo uma compreensão mais integrada e coerente dos achados.

Figura 1. Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos selecionados



669

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revelou que o contexto da saúde prisional no Brasil é permeado por desafios estruturais e éticos que comprometem a efetivação das políticas públicas voltadas à população privada de liberdade. Segundo o Ministério da Saúde, existe um problema real e fundamental para a execução dessas políticas, pois as condições de confinamento impõem grandes dificuldades à implementação de ações, promoções e serviços de saúde de forma efetiva e integral. Essa realidade cria um ambiente de vulnerabilidade à saúde, reforçando que a saúde

prisional deve ser compreendida como parte integrante da saúde pública, e não como um segmento isolado (De Almeida; Melo Silva; De Freitas, 2024).

Silva et al. (2020) destacam que o modelo assistencial predominante ainda é centrado na doença, com pouca ênfase em ações de prevenção e promoção da saúde. De forma convergente, De Almeida, Melo Silva e De Freitas (2024) reforçam que a saúde prisional precisa ser tratada como parte indissociável da saúde coletiva, considerando o impacto do adoecimento dentro das prisões sobre a sociedade. Observa-se, portanto, que as deficiências estruturais descritas por Almeida, Melo Silva e Freitas (2024) intensificam os efeitos psicossociais relatados por Silva et al. (2020), uma vez que a ausência de ações educativas perpetua o ciclo de vulnerabilidade e dependência institucional. Assim, a falta de estrutura física e material conecta-se aos dilemas éticos do cuidado, pois o profissional de saúde é forçado a atuar em um contexto que nega condições mínimas para o exercício pleno de sua função. Essa realidade demonstra que a saúde prisional ultrapassa o tratamento de doenças, abrangendo um campo de disputas éticas e estruturais que condicionam a prática da enfermagem e o alcance da humanização do cuidado.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), criada para garantir atenção integral à população prisional e inseri-la de forma efetiva no Sistema Único de Saúde (Carpes et al., 2024), é apontada como marco fundamental, mas sua aplicação ainda enfrenta grandes entraves. Melo, Coimbra e Ribeiro (2023) destacam que a falta de estrutura física, a carência de profissionais capacitados e a dificuldade de articulação com a rede externa de saúde são barreiras recorrentes. Além dessas limitações objetivas, há aspectos subjetivos que permeiam o cotidiano prisional. Simões (2016) descreve sentimentos de medo, insegurança e desgaste emocional como consequências diretas das limitações impostas ao exercício profissional. Assim, a insegurança emocional mencionada por Simões é potencializada pelas falhas estruturais descritas por Melo et al. (2023), revelando que a precarização material intensifica os conflitos éticos e psicológicos enfrentados pelos enfermeiros.

Os estudos analisados enfatizam, em sua maioria, os “desafios” vivenciados pelos profissionais (Melo et al., 2023; Alves et al., 2023), mas apresentam escassez de trabalhos voltados a “estratégias de sucesso”. Essa predominância de uma abordagem reativa evidencia que a prática de enfermagem prisional ainda está mais voltada à superação das dificuldades do que à construção de modelos proativos de cuidado. Em resposta ao segundo objetivo específico deste estudo, observa-se que, embora a PNAISP (Carpes et al., 2024) ofereça um arcabouço

teórico e normativo sólido, sua efetividade é limitada por obstáculos estruturais e pela falta de autonomia profissional, o que reforça a necessidade de valorização e suporte institucional à enfermagem prisional.

O enfermeiro é o profissional que mais mantém contato direto com a população privada de liberdade, sendo responsável por grande parte das ações de promoção e prevenção da saúde. Segundo Ferreira et al. (2025), o cuidado de enfermagem destinado aos homens encarcerados deve considerar fatores socioculturais e comportamentais que influenciam o autocuidado, como a resistência masculina em buscar ajuda e o estigma associado à vulnerabilidade. As ações de promoção da saúde incluem atividades educativas, rodas de conversa, acompanhamento clínico e estímulo ao autocuidado. Valentim et al. (2022) apontam que a educação em saúde dentro dos presídios é uma ferramenta essencial para reduzir comportamentos de risco e melhorar a adesão aos tratamentos, enquanto Alves et al. (2023) ressaltam que práticas de escuta ativa e acolhimento humanizado fortalecem o vínculo entre a equipe e os custodiados, possibilitando a identificação precoce de agravos e a promoção do bem-estar físico e mental.

Entretanto, a literatura ainda privilegia diagnósticos das carências e dificuldades, carecendo de estudos que explorem experiências bem-sucedidas. Essa lacuna reforça a predominância de uma visão reativa e denunciatória, em detrimento de análises construtivas voltadas à criação de estratégias eficazes de fortalecimento do papel do enfermeiro prisional. As ações relatadas, contudo, já demonstram impacto positivo na redução de doenças como tuberculose, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis, de alta prevalência em ambientes prisionais masculinos (Ferreira et al., 2025). Ao promover o reconhecimento corporal e práticas preventivas, o enfermeiro contribui diretamente para a qualidade de vida e para o empoderamento dos internos (Vaz; Lima; Barbosa, 2024).

Apesar de sua relevância, o enfermeiro enfrenta múltiplos desafios éticos e estruturais dentro das prisões. Melo, Coimbra e Ribeiro (2023) relatam que a escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho e a interferência das normas de segurança limitam a autonomia profissional e dificultam o cuidado humanizado. Santana e Reis (2019) complementam que o ambiente prisional é uma fonte constante de estresse emocional, medo e insegurança, agravados pela ausência de suporte psicológico adequado. A falta de estrutura física e de materiais intensifica os dilemas éticos, especialmente na relação com agentes penitenciários, pois a ausência de insumos obriga o enfermeiro a estabelecer prioridades que podem conflitar com princípios morais e técnicos.

Essa combinação de fatores gera um ciclo de retroalimentação: a precariedade estrutural agrava o sofrimento ético, e este, por sua vez, alimenta a desmotivação e o esgotamento profissional. Alves et al. (2023) destacam que o desamparo institucional reforça esse ciclo, tornando a prática prisional mais reativa do que estratégica. Dessa forma, compreende-se que, embora a PNAISP (Carpes et al., 2024) forneça diretrizes consistentes, sua concretização depende da superação de desafios que transcendem o técnico, abrangendo também o reconhecimento da subjetividade e da saúde mental dos profissionais.

A análise geral confirma que a atuação do enfermeiro na saúde do homem privado de liberdade está intrinsecamente relacionada à complexidade do sistema prisional brasileiro. A superlotação, a falta de políticas públicas efetivas e as condições insalubres afetam diretamente a promoção da saúde e a prevenção de doenças, tornando indispensável a consolidação de práticas interdisciplinares e integradas ao SUS. A PNAISP surge, assim, como instrumento legal de garantia de cuidado integral, mas sua aplicação plena depende do fortalecimento da enfermagem prisional e da criação de políticas de valorização profissional.

Em síntese, os resultados demonstram que a enfermagem prisional ocupa um papel central na promoção da saúde e na humanização do cuidado, atuando como elo entre o sistema prisional e a sociedade. Contudo, para que essa atuação alcance sua plenitude, é indispensável investir em condições estruturais, suporte psicológico, autonomia profissional e formação continuada, garantindo que o cuidado prestado às pessoas privadas de liberdade se traduza em efetiva promoção da saúde e dignidade humana.

672

CONCLUSÃO

O presente estudo alcançou seu objetivo ao analisar a atuação do enfermeiro na promoção e prevenção da saúde dos homens privados de liberdade no sistema prisional brasileiro. A revisão bibliográfica demonstrou que a enfermagem prisional exerce um papel central e insubstituível na construção de um cuidado humanizado, educativo e contínuo, mesmo operando sob condições estruturais e éticas extremamente adversas. Desta forma, a questão norteadora da pesquisa é respondida: o enfermeiro atua na prevenção e promoção da saúde do homem encarcerado por meio de ações educativas, do acolhimento empático e da articulação entre cuidado e cidadania, apesar das limitações impostas pelo sistema.

Os resultados obtidos evidenciam que a prática da enfermagem nesse ambiente é marcada pela sobrecarga de trabalho, escassez de recursos e constantes conflitos éticos, mas também pela

notável capacidade de resiliência e adaptação dos profissionais. A atuação do enfermeiro, portanto, transcende a dimensão técnica, assumindo um caráter social e político, onde a promoção da saúde se torna um instrumento fundamental para a dignidade e a reabilitação humana.

Para o fortalecimento desta prática, são sugeridas as seguintes recomendações:

- 1. Gestão e Autonomia:** Gestores de saúde prisional devem priorizar a criação de protocolos que garantam a autonomia do enfermeiro, assegurando condições mínimas de trabalho, alocação de recursos e estrutura adequada para ações de prevenção e educação em saúde, e não apenas para o tratamento curativo.
- 2. Formação Profissional:** Sugere-se a inclusão de módulos específicos sobre saúde prisional, ética e gestão de conflitos em contextos hostis nos currículos de graduação e pós-graduação em enfermagem. Essa formação é essencial para preparar novos profissionais para os desafios e dilemas éticos do ambiente carcerário.
- 3. Saúde do Trabalhador:** Na prática clínica, enfermeiros que atuam no sistema prisional podem se beneficiar da implementação de estratégias de autocuidado, supervisão compartilhada e redes de apoio profissional, visando a prevenção do esgotamento emocional e o fortalecimento da identidade profissional.

673

Como limitação, reconhece-se que este estudo se baseou em uma revisão integrativa, sem coleta de dados empíricos, o que restringe a compreensão da experiência subjetiva dos profissionais. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos qualitativos de campo, como entrevistas em profundidade, para explorar as estratégias de resiliência e os dilemas éticos cotidianos, bem como pesquisas quantitativas para mapear a prevalência de burnout e a correlação com as condições de trabalho.

Em síntese, a consolidação da enfermagem prisional como um campo científico e prático exige o reconhecimento de seu potencial transformador. Investir nas condições de trabalho, na formação ética e na valorização profissional é investir diretamente na promoção da saúde e na dignidade de toda a população privada de liberdade.

REFERENCIAS

ALVES, Leslie Diniz; DALRI, Rita de Cássia Marchi Barcellos; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; SANTOS, Sérgio Valverde Marques dos. Desafios dos profissionais de enfermagem na promoção da saúde no sistema prisional. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 13, e3020, 2023.

BARROS, Mariana Boulitreau Siqueira Campos; SIQUEIRA, Patrícia Mayra de Andrade; SILVA, Maria Beatriz Araújo; LIMA, Ana Wládia Silva de; FERREIRA, Keyla Cristina Vieira Marques; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles; VALENÇA, Ana Beatriz Marques. Delineamento das ações de vigilância epidemiológica em um ambiente prisional: a tuberculose em foco. *Enfermagem Brasil*, v. 22, n. 6, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33233/eb.v22i6.4937>.

CARPES, Bruna Buaes et al. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. *Saberes Plurais: Educação na Saúde*, v. 8, n. 2, p. e142445, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/142445/93622>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CARPES, R. et al. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: desafios e perspectivas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 45, e2024010, 2024.

DA SILVA, Naomy Safira Batista et al. Produção do cuidado de enfermagem à saúde de homens em privação de liberdade: discurso coletivo. *Enfermagem em Foco*, v. 11, n. 6, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3315>. Acesso em: 5 abr. 2025.

DE ALMEIDA, Rhayanne Silva; DE MELO SILVA, Karen Gabriele Correia; DE FREITAS, Rosa Caroline Mata Verçosa. Desafios no cuidado de enfermagem em ambiente prisional. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 14, p. e141013-e141013, 2024. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1013/886>. Acesso em: 4 abr. 2025.

674

DE JESUS SANTOS, Eliane Karla et al. Enfermagem no Sistema Prisional: gestação e desenvolvimento de bebês em situação de cárcere. *Caderno de Graduação – Ciências Biológicas e da Saúde – UNIT-SERGIPE*, v. 7, n. 1, p. 103-122, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/10246/4732>. Acesso em: 3 abr. 2025.

DE SOUZA, Deivison et al. Proposta de implantação da sistematização de assistência em enfermagem em uma unidade prisional de Belo Horizonte/MG. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32912>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FERREIRA, Bruna Ester Silva. Promoção da saúde para homens privados de liberdade: experiências de enfermagem em penitenciária masculina. *Revista Nursing*, v. 28, n. 352, p. 45-52, 2025.

MELO, Alanis Beatriz Teixeira de; COIMBRA, Ana Paula Oliveira; RIBEIRO, Maria Eduarda de Melo. Desafios enfrentados pelos enfermeiros para promoção da assistência à saúde efetiva no sistema carcerário brasileiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) — Centro Universitário UNIPAC, Barbacena, 30 jun. 2023.

MELO, J. F.; COIMBRA, C. P.; RIBEIRO, D. F. Desafios enfrentados pelos enfermeiros no sistema carcerário brasileiro. *Revista Saúde em Foco*, v. 13, n. 2, p. 112-123, 2023.

SANTANA, Paulo; REIS, Lúcia. Percepção da equipe de enfermagem acerca da assistência à saúde no sistema prisional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 1, p. 77-85, 2019.

SIMÕES, Paulo. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2163–2178, jul. 2016.

VALENTIM, José Luiz Rodrigues dos Santos et al. A relevância da educação em saúde massiva no sistema prisional brasileiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 9, p. 4053–4063, 2022.

VAZ, Aline de Souza Costa; LIMA, Joielly Félix; BARBOSA, João de Sousa Pinheiro. O impacto da humanização da assistência de enfermagem no processo de cuidado assistencial. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 15, p. e151539-e151539, 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1539/1269>. Acesso em: 6 abr. 2025.

VAZ, F. A.; LIMA, M. J.; BARBOSA, T. R. O impacto da humanização da assistência de enfermagem em ambiente prisional. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 28, n. 4, 2024.